

# Belo Horizonte para quem? Versões territoriais negras para um espaço planejadamente branco

## Resumo

No presente artigo busco discutir outras possibilidades para pensarmos a cidade, de maneira a problematizar os discursos e práticas que negam as contradições e os conflitos presentes em tal espaço, como aqueles relacionados à raça/etnia. Aponto que muitos dos mecanismos e práticas envolvidos no processo de produção do espaço urbano impregnam-se de perspectivas marcadamente eugenista e higienista. Com este olhar e por meio de um discurso de uma suposta democracia racial presente na cidade são estabelecidas estratégias que reforçam a exclusão de negros/as das dinâmicas socioespaciais urbanas. Não se considera, portanto, os territórios em que este grupo étnico-racial formula outras cartografias urbanas na tentativa de se buscar a revalorização de suas manifestações culturais e identitárias. Porém, as coletividades negras estão forjando contradiscursos que possam ressignificar seus lugares e papéis na sociedade. As discussões aqui apresentadas têm como foco Belo Horizonte/Minas Gerais e se estabelecem a partir da comunidade quilombola Manzo Ngunzo Kaiango, localizada na referida cidade.

**Palavras-chave:** Cidade, planejamento, território quilombola, Belo Horizonte.

## Abstract

BELO HORIZONTE FOR WHOM? BLACK VERSIONS TERRITORIAL FOR A WHITE SPACE PLANNED CAREFULLY

In this article I discuss other possibilities for thinking the city in order to problematize the discourses and practices that deny these contradictions and conflicts in such space, such as those related to race/ethnicity. I point out that many of the practices and mechanisms involved in the production of urban space permeate is markedly prospects hygienist and eugenicist. With this and look through a discourse of a supposed racial democracy in this city are established strategies that reinforce the

exclusion of blacks the socio-spatial dynamics of urban. There is therefore considers the territories in which this ethnic-racial group makes other urban cartography in an attempt to seek reevaluation of their cultural and identity. However, the black communities are forging counter-discourses that might reframe their places and roles in society. The discussions presented here focuses Belo Horizonte/Minas Gerais and settle from the community quilombola Manzo Ngunzo Kaiango located in that city.

**Key-words:** City, planning, territory quilombola, Belo Horizonte.

## 1. Introdução

A variedade de grupos existentes no espaço urbano contribui para que múltiplas espacialidades se tornem marcantes nas cidades. Muitos desses grupos procuram reafirmar suas identidades a partir da constituição de territórios que definem o *nós* e os *outros* e, assim, elegem determinados espaços como seus e reveladores de suas identidades e culturas. Eu poderia enumerar uma infinidade desses grupos – que se encontram no espaço urbano – e criar uma lista diversificada, no entanto, meu objetivo aqui é refletir sobre as populações negras e a forma como elas produzem os espaços em que se encontram. Vislumbro, neste sentido, construir uma reflexão que nos permita encarar raça/etnia também como possibilidade para compreendermos as diferenças e contradições que permeiam o espaço da cidade.

A partir das análises que serão apresentadas, busco discutir o lugar do negro no espaço urbano, pontuando acerca das estratégias e dos discursos eugenistas e higienistas que ainda rondam a vida dos povos negros que se encontram na cidade. Práticas estas muitas vezes contrariadas por resistências e contradiscursos forjados por negros e negras, que entreveem outros sentidos para suas dinâmicas socioespaciais e culturais. Trata-se de uma discussão estabelecida a partir do quilombo Manzo Ngunzo Kaiango<sup>1</sup>, localizado na cidade de Belo Horizonte, que vem buscando a garantia de seus direitos, de suas manifestações étnico-religiosas e de seu território. O texto propõe, ainda, refletir sobre os processos de constituição de espacialidades alternativas, nas quais outros elementos podem ser considerados para sua apreensão, como é o caso da raça/etnia.

A emergência dos territórios quilombolas alia um imperativo de resguardar um território a uma necessidade de ressignificação de identidades muitas vezes marcadas pela negatividade imposta pelo *outro*. Este movimento de resistência criado pelos povos negros revela, portanto, a importância de revalorização e reconhecimento das culturas e identidades negras. Diante disto, neste trabalho serão apontadas outras possibilidades para se pensar a cidade, a entendendo como um local de múltiplas espacialidades e identidades. As análises aqui contidas fazem parte de uma pesquisa de mestrado que teve como foco pensar sobre raça/etnia como uma das possíveis cartografias da/na cidade<sup>2</sup>.

## **2. Outras cartografias na/da cidade**

A partir de um olhar mais cuidadoso para alguns fatos que ao longo da história se tornaram marcantes – o número reduzido de negros na universidade poderia ser um exemplo – podemos nos questionar sobre qual o lugar e o papel do negro em nossa sociedade. Mais especificamente, onde está o negro nas geografias que produzimos nessas universidades, em que ele pouco se faz presente? Através de questionamentos como este, aos poucos, nos chega a compreensão de que as diferenças existem e são definidoras de fronteiras. Talvez um olhar ligeiro e desatento para as relações sociais não nos possibilite encontrar sinais dessas diferenças, pois, há um grande esforço, das classes dominantes, para que se mantenha nossa imagem de uma sociedade harmoniosa e sem conflitos étnico-raciais.

No entanto, as marcas de práticas racistas se fazem presentes a todo instante e definem os lugares e papéis sociais de negros e negras no país. Um simples deslocar-se pela cidade, por exemplo, com um olhar vigilante, pode nos dar a dimensão de como se processam essas diferenças. Em quais empregos e ocupações podemos encontrar o predomínio de negros? Quais as escolas em que eles se concentram? Quantos se fazem presentes como estudantes nas universidades, em especial as públicas? Meu caminhar – e imagino que o de muitas outras pessoas – pela cidade pode fornecer algumas respostas para essas perguntas. Mas não apenas respostas podem ser encontradas; pelo contrário, acredito que possamos

nos deparar com muitas outras indagações, principalmente aquelas que dizem respeito ao espaço. Assim, mais uma vez, outros elementos, até então pretensamente sem relevância, se apresentam como também constituintes de espacialidades.

Esse descuido com que muitos de nós visualizamos as questões raciais, assumindo-as muitas vezes como pouco importantes em nosso modo de olhar o mundo, é resultado da imposição de uma série de discursos hegemônicos e excludentes com os quais fomos educados e fez com que nos “acostumássemos” a encará-los como única possibilidade de leitura da realidade. Discursos que carregam a perspectiva de um pensamento colonizado e eurocêntrico, no qual as trajetórias do sujeito branco e masculino parecem ser o único caminho possível para pensarmos as dinâmicas do mundo. A partir da aceitação ou subordinação das pessoas a estes discursos passa a não haver, portanto, a possibilidade de uma reflexão sobre os processos que resultam em subalternidades, como é o caso daqueles em que os povos negros se encontram envolvidos. A negligência com esses grupos relaciona-se, ainda, ao fato de que, para o discurso colonial, o que existem são identidades estáticas e fechadas, que não se refazem no tempo e no espaço.

Homi Bhabha (2010) nos fornece importantes apontamentos acerca do colonialismo e como a partir dele a sociedade apreende a realidade. No pensamento colonial, segundo o autor, há a construção de uma perspectiva de “estase” nos processos identitários, nos quais os sujeitos são vistos como constituídos por uma única e imutável identidade. Neste contexto, as diferenças emergem apenas para dizer quais são os lugares de poder e os papéis sociais de cada um. As diferenças se transformam, assim, em hierarquias que se estabelecem por meio de um sistema de dominação, no qual a diferença entre o *eu* e o *outro* é o fato de se estar na condição de dominado ou dominador, de superior ou inferior. Reconhecer-se como diferente, diante de um contexto de colonialismo é, assim, correr o risco de vivenciar constantes processos de subjugação.

É sob esse olhar que hierarquiza os sujeitos e suas histórias, que muitas pesquisas têm construído suas bases teóricas e, conseqüentemente, produzido uma ciência que pouco se atenta à dinamicidade e à pluralidade do mundo. E, como um desencadeamento desse processo, os debates sobre

povos negros em uma perspectiva anticolonial e anti-essencialista ainda são escassos, uma vez que muitos dos estudos desenvolvidos sobre este grupo étnico-racial trazem a reprodução de práticas e discursos que desqualificam o ser negro. À medida que estudos são produzidos reforçando a ideia de uma hierarquia entre negros e brancos, avalio que seja construída certa invisibilidade destes sujeitos. As coletividades negras em meio a este processo são inferiorizadas e colocadas à margem na sociedade, negando-se e desqualificando suas manifestações culturais e identitárias. Segundo Boaventura de Sousa Santos (2006) determinados processos têm mantido, por séculos, alguns sujeitos em condição de opressão. Neste sentido, para o autor, os modos como o pensamento se constitui, sob a perspectiva de um tempo linearizado e de um modelo de ciência ocidentalizado, contribuem para que sejam excluídos ou inferiorizados aqueles que não ocupam um lugar de poder em nossas sociedades. Santos propõe, então, que se estabeleça uma sociologia das ausências que objetiva “[...] transformar objectos impossíveis em possíveis e com base neles transformar as ausências em presenças” (SANTOS, 2006, p. 102).

Uma das implicações dessa forma de concepção da realidade é que poucas vezes atentamos para os processos e dinâmicas socioespaciais nos quais negros/negras estejam envolvidos. Não procuramos compreender as espacialidades que estes sujeitos produzem e, quando o fazemos, muitas vezes é sob a perspectiva de um olhar que busca uma identidade única e um viés hierarquizante. Compreendo que a ciência geográfica tenha se relacionado desta maneira em relação aos grupos étnico-raciais, na medida em que muitas vezes se silencia diante do debate acerca de tais questões ou se assume uma postura que muito mais contribui para reproduzir a sujeição e a dominação de negros e negras. Para Alecsandro Ratts (2004), ao discutir a presença das questões étnico-raciais na Geografia, há uma desracialização/desetnização do espaço, na qual não se consideram negros e índios e, por conseguinte, não se pensa na existência de espaços característicos desses grupos. Compreendo que essa desracialização/desetnização do espaço configura mais um desdobramento da ideologia da identidade nacional que procurou, e ainda procura, construir uma sociedade homogênea e sem conflitos étnico-raciais.

Em concordância com Ratts (2010), entendo que a necessidade de se criar uma identidade nacional tentou unificar não apenas os sujeitos, mas também os territórios. Constituir, portanto, uma unidade territorial que contribuísse para que identificações fossem, a partir dela, forjadas. Ratts (2010), entretanto, ressalta que essa ideologia geográfica pode ser contraposta por outra que se estabelece através da formação de territórios quilombolas, tanto em áreas rurais quanto urbanas. Segundo o autor, “outros sujeitos, originários de grupos étnico-raciais historicamente subalternizados (e mais alguns a eles solidários) formulam outras ideologias geográficas, outros discursos acerca do território” (RATTS, 2010, p. 126). A formação destes outros territórios étnico-raciais revela as contradições, as diferenças e os conflitos que permeiam nossa sociedade, mas que não são apontados para se manter a dominação e a subjugação dos povos negros.

A partir de tais colocações avalio que a emergência de comunidades quilombolas em áreas urbanas pode contribuir para que possamos apreender o emaranhado de trajetórias que constituem a cidade. Estas comunidades estabelecem espacialidades através de aspectos não apenas de natureza material, mas, também, de natureza simbólica. Forjam suas fronteiras identitárias e espaciais por meio de suas diferenças sociais, econômicas e culturais, estabelecendo territórios que rompem com a unidade e expõem a pluralidade em que se configura a cidade. E, no processo de constituição destes outros territórios e ressignificação de suas identidades, os sujeitos encontram a possibilidade de construir outras histórias e outras cartografias para suas vivências no espaço urbano.

Sugiro, desta maneira, que pensar a cidade a partir da perspectiva étnico-racial é trazer outra dimensão analítica para esse espaço. É a possibilidade de seguir na direção contrária a uma Geografia essencialista e colonial, na qual não encontramos, ou encontramos sob análises hierarquizantes, a presença de determinados sujeitos, como é o caso dos povos negros. O conhecimento geográfico com o qual estamos habituados é produzido a partir de um olhar ocidentalizado, que expressa, em muitos momentos, uma única versão e negligencia a multiplicidade de histórias que podem se entrecruzar e constituir outras narrativas. Entendo que as vivências espaço-temporais dos sujeitos se distinguem e conduzem à produção de narrativas plurais e identidades que não são fixas, mas sim

abertas e em constante fazer-se. Compreendo que os processos socioespaciais se constituem deste modo, pelas singularidades da vida de cada grupo étnico-racial, e que estas, por sua vez, podem levar à formação de territórios onde são inscritos os costumes, hábitos e tradições dessas coletividades.

### **3. Reflexões sobre o lugar do negro na capital mineira**

Diante do entendimento de que a cidade constitui-se em um espaço de múltiplas espacialidades, torna-se necessário, assim, pensá-la a partir de aspectos étnico-raciais, abordando, deste modo, a pluralidade de trajetórias e narrativas nela presentes. Esta não é, como já pontuado anteriormente, a dimensão mais utilizada para se apreender os processos e dinâmicas da cidade e, por conseguinte, não é uma prática comum considerar as diferenças para a elaboração de propostas de planejamento urbano. Entendo que é em grande medida pelo planejamento que as cidades seguem definindo sua configuração socioespacial, estabelecendo as funcionalidades e usos de cada espaço. Por isso, as considerações que serão apresentadas referem-se, fundamentalmente, aos processos de planejamento urbano e seus impactos sobre as comunidades negras. Os apontamentos que serão estabelecidos são essenciais para se pensar qual o lugar do negro em Belo Horizonte, uma cidade que foi planejada e projetada para ser a capital e representar o processo de modernização do estado de Minas Gerais. Pontuo, entretanto, que existem outros processos que também definem o espaço urbano, como é o caso das diversas dinâmicas socioespaciais dos povos negros. Desta maneira, negros e negras são também agentes e, muitas vezes, estabelecem outras cartografias contrárias às práticas de um planejamento marcadamente branco e ocidental, no qual os espaços onde predomina a população negra são marcadamente estigmatizados e inferiorizados.

Ao buscar apreender a cidade por meio de aspectos étnico-raciais entendo que seja possível compreender determinados processos segregacionistas, que não apenas colocam à margem certas coletividades como também as tornam invisibilizadas. A partir da perspectiva étnico-racial torna-se possível, ainda, vislumbrarmos outras formas de produção do

espaço urbano, como aquelas forjadas pelas comunidades quilombolas. Porém, a invisibilização e a inviabilização parecem ser os processos mais vivenciados pelos povos negros nas cidades brasileiras, uma vez que as diferenças étnico-raciais não são consideradas para a realização de planejamentos urbanos. A cidade é, portanto, pensada como um conjunto homogêneo de indivíduos que possuem demandas similares, que para serem sanadas basta a elaboração de mecanismos e estratégias comuns. É sob essa perspectiva que o planejamento urbano, como nos aponta Andreilino de Oliveira Campos (2006), vem sendo historicamente construído, criando instrumentos que pouco ou nada apontam acerca da pluralidade de sujeitos que se encontra na cidade.

A utilização do planejamento em áreas urbanas possui o propósito de tornar a cidade coerente, estabelecendo certa ordem e extraindo o máximo de funcionalidade dos espaços. As intervenções realizadas nas cidades, deste modo, buscam construir padrões e modelos de uso do espaço urbano. Desde as primeiras intervenções urbanísticas realizadas no Brasil, o objetivo tem sido padronizar, de maneira a desconsiderar as diferenças sociais e culturais que marcam a cidade. Campos (2006), ao discutir sobre o planejamento urbano a partir de aspectos étnico-raciais, nos fornece interessantes apontamentos acerca das intervenções urbanísticas realizadas no país desde meados do século XIX. O autor traça o histórico destas práticas, evidenciando seu caráter excludente e segregacionista. De acordo com Campos, no final do século XIX, uma série de intervenções foi realizada em cidades brasileiras, buscando-se estabelecer uma “limpeza” dos espaços urbanos. Nesse momento, as operações urbanas encontravam-se influenciadas pelo higienismo, que posteriormente agregou os princípios do eugenismo. Desta maneira, a atuação do Estado buscava a reestruturação urbana a partir da pureza racial, tornando a cidade um espaço homogêneo e modernizado. O processo foi de intensa remoção dos povos negros das áreas consideradas importantes, para se construir uma cidade modernizada, como é o caso das áreas centrais. É diante desse contexto de busca por um espaço urbano modernizado que Belo Horizonte foi construída.

No momento em que Belo Horizonte foi fundada o urbanismo brasileiro estava permeado por perspectivas que apreendiam o urbano como

um espaço que deveria se distanciar de tudo aquilo que remetesse à ideia de impureza. O pensamento eugenista, segundo Maria Eunice de S. Maciel (1999), constituiu-se num modelo científico que considerava a possibilidade de que as raças poderiam ser melhoradas. A eugenia foi de grande utilidade para a sociedade brasileira, na medida em que explicava a condição racial do país e, simultaneamente, oferecia meios para que esta fosse suplantada. A supressão da situação racial do Brasil consistia em torná-lo um país branco, abolindo a mestiçagem e, por conseguinte, as raças consideradas inferiores pela elite dominante. Desta maneira, o foco principal dos discursos e práticas eugenistas era superar a mistura racial e a presença de raças inferiores, tornando a sociedade brasileira cada vez mais branca e “pura”. Ao ser conjugada com o urbanismo higienista tornou-se, então, mais um mecanismo para que as cidades brasileiras se configurassem em espaços ainda mais segregados.

Belo Horizonte foi fundada em 1897, período em que as intervenções urbanas estavam intensamente influenciadas pelo higienismo conjugado com o eugenismo. Assim, mesmo não sendo uma cidade vinculada ao período escravista, tem em sua fundação as marcas de práticas discriminatórias, estabelecendo os lugares e os papéis sociais dos distintos sujeitos. Para Ângela Gomes (2009), o término da escravidão não possibilitou uma reconfiguração socioespacial das cidades brasileiras, mantendo, portanto, o caráter segregacionista do período escravista. A partir dessa perspectiva de segregação é que a configuração socioespacial de Belo Horizonte foi estabelecida, mantendo as desigualdades raciais do contexto escravista.

De acordo com Gomes (2009), a origem de Belo Horizonte configurou-se em um processo singular, já que a cidade se estabeleceu a partir de um projeto de planejamento. Projeto que reproduziu os discursos do planejamento eugenista e higienista, colocando à margem os povos negros. Assim, segundo Gomes, o centro da capital mineira foi ocupado por funcionários do poder público e as áreas periféricas por trabalhadores vinculados a empregos precários e com má remuneração. Ainda como apontado pela autora, a população que ocupou as periferias de Belo Horizonte era composta por uma maioria negra, uma vez que,

[...] o projeto da cidade se concretizou em um período importante da nossa história que foi logo após a Abolição da Escravatura e a Proclamação da República. Portanto,

esses trabalhadores convocados para a construção da cidade eram, em grande parte, escravos. Sendo assim, se formou uma periferia majoritariamente negra após a inauguração da cidade (GOMES, 2009, p. 112-113).

Deste modo, dialogando com Gomes (2009), considero que as desigualdades étnico-raciais fazem parte da história belorizontina. Desigualdades que podem ser observadas na inacessibilidade dos povos negros a variados bens e serviços e, ainda, na sua localização no espaço. Sugiro que, além da inacessibilidade a estes elementos, Belo Horizonte não oferece e não dispõe de mecanismos eficientes que sejam capazes de atender às demandas das comunidades negras.

Ao considerar que a construção de Belo Horizonte foi influenciada por este modelo urbanístico, compreendo que o padrão de urbanização e planejamento adotado atualmente pela cidade ainda mantém os elementos de uma lógica racista, tão marcantes no contexto de sua fundação. E, ao longo da história da cidade, as desigualdades étnico-raciais foram se constituindo e se consolidando. No entanto, sugiro que essas desigualdades tenham sido negligenciadas pela sociedade e pelo poder público à medida que o discurso da democracia racial se fazia mais presente entre os brasileiros. Deste modo, como nos apontam Léa Melo da Silva e Doralice Barros Pereira (1988), acerca das discrepâncias entre negros e não negros em Belo Horizonte, o mito da democracia racial contribuiu para a legitimação das desigualdades étnicas/raciais, na medida em que estas não eram identificadas ou tidas como inexistentes. Ao disseminar a ideia de uma sociedade para todos/as, o referido mito tornou-se uma forma de controle dos agrupamentos negros, evitando que fossem questionadas as desigualdades entre negros e não negros e, por conseguinte, era mantida a hierarquia e a subalternidade no cotidiano deste grupo étnico-racial. Neste sentido, aponto que ao negar as discrepâncias entre negros e não negros a ideia de uma democracia racial contribuiu, e ainda contribui, para o controle social e para a desarticulação dos sujeitos, evitando, assim, possíveis mobilizações políticas.

Pela ideia de democracia racial pode se justificar, ainda, não pensar a cidade a partir das diferenças, uma vez que estas são suprimidas por um discurso que prima pela homogeneização dos sujeitos. Como considerar os povos negros para a realização das práticas de planejamento, por exemplo,

quando estes são invisibilizados por um discurso? O mito da democracia racial foi, e ainda é, essencial para a manutenção de preconceitos e da negligência com as comunidades negras. As práticas de planejamento urbano não são capazes de identificar situações que revelem os problemas e impasses vivenciados por comunidades negras para que sejam pensadas alternativas e soluções. Ou quando elas são identificadas podem ser ignoradas e deixadas de lado como se não fizessem parte da cidade.

Aponto que a questão quilombola não somente integra a constituição brasileira desde a década de 1980, como também tem se tornado pauta de discussão em diversas instituições, tanto governamentais como não governamentais. Os quilombos fazem parte da realidade brasileira atual, mas para algumas cidades, como é o caso de Belo Horizonte, a questão quilombola parece ser apenas uma situação passada. E para esta cidade, mais do que uma situação que remete ao passado da sociedade brasileira, é um movimento que não faz parte da história da capital mineira, o que amplia o distanciamento em relação à questão quilombola. Para além da necessidade de elaboração de mecanismos para que os territórios possam ser garantidos para as comunidades, não são desenvolvidos instrumentos que tornem essa nova realidade quilombola conhecida pela sociedade. E, deste modo, não é possível romper com a ideia passadista e congelada de quilombo. Os territórios quilombolas se tornam invisibilizados aos olhos não apenas do poder público como também da sociedade. E nesse processo o mito da democracia racial é marcante, uma vez que reforça a ideia de que vivemos em um país onde impera a harmonia racial e, portanto, não se justifica mobilizações em busca de uma igualdade étnico-racial. Sendo assim, a questão quilombola se torna apenas uma página virada da história do país, descartando-se a possibilidade de existência de um movimento de luta contra um sistema opressor e dominante que se mantém há séculos na sociedade brasileira.

Muitos foram e, ainda permanecem, os esforços para tornar a cidade um espaço modernizado sob a ótica de um planejamento eugenista/higienista, que é o reflexo de um olhar eurocêntrico sobre o mundo. Entretanto, como analisado por Gomes (2009), outros territórios foram se constituindo à margem desse projeto de modernização e planejamento segregacionistas. Entre eles, podemos citar os terreiros de umbanda e candomblé que se

constituíram em Belo Horizonte apesar dos mecanismos de exclusão e invisibilização dos povos negros. As práticas religiosas de matriz africana tornaram-se, ao longo da história da capital mineira, a possibilidade de se forjar mecanismos de resistência contra a segregação e a busca por uma cidade branca e ocidentalizada. A comunidade quilombola de Manzo faz parte destas mobilizações de resistência pelo candomblé e pelo projeto Kizomba<sup>3</sup>, buscando meios de se opor aos processos de subjugação e invisibilidade dos povos negros. Este território reflete, portanto, a pluralidade de trajetórias e narrativas presentes em Belo Horizonte.

#### **4. O território quilombola de Manzo Ngunzo Kaiango**

Rua São Tiago, número 216, Bairro Santa Efigênia. Esse parece ser um endereço como outro qualquer de uma cidade como Belo Horizonte. No entanto, ao chegarmos a esse endereço alguns aspectos já despertam nossa atenção e fazem que nos alertemos para as singularidades do local. Um muro grafitado nos avisa que ali se encontra a comunidade quilombola Manzo Ngunzo Kaiango e o projeto Kizomba. Ao descermos a escada que dá acesso à comunidade, começamos a notar a dimensão religiosa e mais alguns degraus podemos adentrar o barracão do terreiro. É desta maneira, adentrando nesse quilombo, que podemos apreender que não se trata de um endereço qualquer, mas sim de um território constituído por aspectos étnico-religiosos. Um território quilombola que se estabelece através da manifestação religiosa do candomblé e, ainda, pelo trabalho desenvolvido pelo projeto Kizomba.

A comunidade Manzo Ngunzo Kaiango se originou a partir da aquisição de um terreno pela sacerdotisa do terreiro, que migrou, ainda criança, de Ouro Preto para Belo Horizonte. Ao final da década de 1960, o terreno, onde hoje está localizada a comunidade, foi adquirido, e mais tarde, nos anos 1970, foram construídos a primeira casa e o barracão para a realização de rituais da umbanda. De acordo com a sacerdotisa, a escolha desse local foi definida por sua entidade na umbanda que lhe indicou onde ela deveria adquirir um terreno para se instalar junto com sua família e construir um terreiro para o desenvolvimento das práticas umbandistas. A religiosidade

é marcante no território de Manzo desde o início de sua constituição, uma vez que ele foi indicado por sua entidade umbandista. Mesmo se tratando de um local onde a sacerdotisa não pensava em adquirir seu terreno, foi lá que ela estabeleceu seu terreiro e sua moradia, pois, foi seu Preto Velho que a levou para onde o território de Manzo foi estabelecido.

A partir das transformações necessárias no terreno, a comunidade foi se consolidando e, através de suas práticas culturais e religiosas, constituindo um território de resistência na cidade de Belo Horizonte. Um território que também pode ser encarado como uma referência para as demais comunidades negras da capital mineira, na medida em que são estabelecidos em Manzo contradiscursos que revelam as contradições que permeiam a sociedade, além da ressignificação das identidades negras. Entendo, assim, que esse território se constituiu através da dimensão religiosa da comunidade, uma vez que sua origem está atrelada às manifestações de matriz africana. Um território étnico-religioso que posteriormente se torna quilombo em meio às diversas dinâmicas socioespaciais da cidade de Belo Horizonte.

A *ialorixá*<sup>4</sup> foi iniciada na umbanda ao descobrir sua mediunidade e, somente mais tarde, ela se insere no candomblé, em decorrência de um problema de saúde. Quando o terreiro foi ali instalado, portanto, a mãe-de-santo ainda era vinculada à umbanda e sua casa ficou denominada de Senzala de Pai Benedito, em homenagem ao Preto Velho ao qual ela se relaciona na umbanda<sup>5</sup>.

Manzo se constituiu a partir de uma única família, que tem como matriarca a *ialorixá* do terreiro. O seu desenvolvimento se deu em decorrência do aumento da família, mas, devido à pequena área em que se encontra, a comunidade teve reduzido o número de seus moradores ao longo dos anos. Deste modo, residem atualmente em Manzo cerca de sete famílias, somando aproximadamente trinta e sete residentes, entre crianças e adultos. Não são todos/as moradores/as membros do terreiro, mas o contato com a religião é inevitável, pois, o barracão está no centro do território e em outros pontos – como na escada, por exemplo – também se encontram elementos religiosos. Não ocorre, contudo, a imposição de um contato com as práticas religiosas aos não candomblecistas, que frequentam as festas, circulam pelo barracão e relacionam-se, ainda, com os/

as filhas/as-de-santo, que não moram em Manzo. Aponto, no entanto, que a presença de não praticantes do candomblé na comunidade não desqualifica a centralidade da dimensão religiosa desse quilombo. O candomblé está presente no cotidiano dos/as residentes de Manzo, não somente por sua materialidade, mas também por sua representação simbólica.

Quando a comunidade se instalou em Santa Efigênia, as condições do bairro eram distintas do contexto atual e as práticas discriminatórias eram recorrentes no cotidiano de Manzo. Nos momentos festivos eram comuns as interrupções nos rituais em decorrência da presença da polícia, que ao visibilizar esses grupos somente os desqualificam e os deslegitimam. Esse processo não foi diferente com Manzo. Apesar da discriminação, o terreiro permaneceu e se desenvolveu, chegando a se tornar um território quilombola urbano, a partir do autorreconhecimento e da certificação atribuída pela Fundação Cultural Palmares (FCP)<sup>6</sup>. A intolerância religiosa, no entanto, não desapareceu, pois, as religiões de matriz africana ainda são consideradas pela sociedade brasileira como “inferiores”. A discriminação étnico-religiosa não se extinguiu, mas se reconfigurou e, muitas vezes, não é explicitada, mas se faz presente de diversas maneiras no cotidiano de comunidades religiosas. Desqualificar ou deslegitimar as manifestações de matriz africana, como o candomblé, constitui uma prática discriminatória que se mantém, mas pouco se revela. As concepções depreciativas acerca destas religiões ainda se fazem presentes na sociedade envolvente, que, ao ser indagada sobre o que é o candomblé, atribui a essa manifestação o caráter de demoníaca, desqualificando-a. Além de não considerá-la como uma prática religiosa, deslegitimando-a.

Há até mesmo certo receio, por parte da sociedade envolvente, em se manifestar sobre o candomblé. Assim, quando em campo utilizei questionários, para apreender a relação entre Manzo e o seu entorno, observei que muitas pessoas não queriam ser indagadas sobre a religião. Algumas se esquivavam para não manifestar concepções depreciativas acerca do candomblé. Entretanto, em muitas situações, ficou evidente como são concebidas as manifestações candomblecistas pela sociedade, revelando que a intolerância religiosa ainda é marcante. Apesar de me deparar com uma discriminação evidente, aponto que as práticas discriminatórias, muitas vezes, são manifestadas de maneira sutil e, por isso, não são evidenciadas.

As diversas estratégias, como o discurso da democracia racial, para apagar a ideia de que estas práticas estão presentes na sociedade, as tornam sutis e em muitos momentos imperceptíveis.

Porém, as tentativas de mascarar as discriminações não correspondem a mecanismos que valorizam a diferença, mas, sim, a meios que tornam invisíveis os candomblecistas, através de discursos que tentam encaixar os sujeitos nos padrões branco e ocidental. É por contrapor esses padrões que considero Manzo como um território de resistência. As manifestações religiosas conjugadas com as atividades desenvolvidas pelo projeto Kizomba revelam as diferenças desta comunidade, estabelecendo, assim, identidades negras bem demarcadas. Identidades que se constituem através do contato com o outro, ou seja, com a sociedade envolvente. Mas que também se estabelecem a partir do encontro com seus pares, uma vez que Manzo possui uma série de parcerias que contribuem para o reforço e a consolidação das identidades dos/as moradores/as do quilombo.

A ponto que a manifestação do candomblé, conjugada com o projeto Kizomba, e as parcerias estabelecidas entre Manzo e diversos grupos de caráter étnico-racial tornaram essa comunidade um território de resistência. Resistência contra os padrões homogeneizantes e dominantes da sociedade brasileira, que tendem a invisibilizar e até mesmo negar as diferenças étnico-religiosas. Foram estes aspectos e a busca pela manutenção de suas práticas identitárias e culturais que levaram a comunidade a se autorreconhecer como quilombo. Com o apoio de uma de suas parcerias, o Centro Nacional de Resistência e Africanidade Brasileiro (CENARAB), Manzo foi certificada pela Fundação Cultural Palmares (FCP) como território quilombola em 2007<sup>7</sup>.

O CENARAB participou do processo de autorreconhecimento quilombola de Manzo, contribuindo com o encaminhamento da solicitação de certificação à FCP, que mediante análises documentais certificou a comunidade como remanescente quilombola, graças à manutenção de tradições da cultura afro-brasileira. A busca pelo reconhecimento como quilombo foi, também, em decorrência de encontrar um meio para que uma reforma fosse realizada nas instalações do terreiro. A partir de uma emenda parlamentar que atenderia três terreiros da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), Manzo seria reformado. Foi nesse contexto de

possível reforma que a comunidade descobriu que se encontrava em terras públicas. O terreno é uma propriedade da Secretaria de Planejamento e Gestão (SEPLAG) do governo de Minas Gerais, no entanto, isto não era de conhecimento dos moradores de Manzo, uma vez que as terras foram compradas pela sacerdotisa. E, até então, a comunidade acreditava ser sua a terra que ocupava. Por se tratar de uma propriedade do governo, o quilombo ficou impossibilitado de realizar a reforma do terreiro.

Na tentativa de regularizar essa situação e adquirir a propriedade do terreno, a comunidade recorreu a diversos órgãos, entre os quais a Prefeitura de Belo Horizonte (PBH), em busca de soluções. E, diante das dificuldades em obter respostas às solicitações para que a situação fosse resolvida, é que Manzo, com o apoio do CENARAB, recorreu à FCP e requisitou o reconhecimento da comunidade como quilombola. Entretanto, a certificação não garantiu a reforma e o impasse sobre a propriedade da terra permaneceu.

## **5. Silenciado os tambores: Manzo Ngunzo Kaiango fora de seu território**

No processo de descoberta de que as terras do quilombo não lhes pertence, Manzo passou a vivenciar outro problema que levou à retirada da comunidade de seu território. O quilombo foi notificado pela Defesa Civil do município do risco de desabamento de sua construção, a partir de uma avaliação que constatou que as construções da comunidade estavam em risco e deveriam ser reconstruídas. Desde a primeira notificação, ocorrida no ano de 2006, a comunidade vem buscando soluções para a realização da reforma de suas edificações, mas até o momento nenhuma tentativa teve sucesso<sup>8</sup>. A postura de negligência e indiferença por parte do poder público revela a invisibilidade dos povos negros na cidade de Belo Horizonte, uma vez que os órgãos públicos procurados para se tentar superar os impasses vividos pela comunidade pouco ou nada fizeram para resolver a situação.

Como resultado dessa negligência, Manzo se viu obrigada a abandonar seu território no início de 2012, uma vez que, ao final de 2011, a comunidade foi novamente notificada do risco de desabamento da

construção, sendo, deste modo, solicitada pela Defesa Civil a se retirar do local. Contudo, a comunidade está localizada no que a prefeitura denomina de cidade formal, ou seja, não se trata de uma Zona Especial de Interesse Social (ZEIS), como são as vilas e favelas, por exemplo. Desta maneira, a transferência das famílias em situação de risco fica a cargo da própria comunidade, que deve procurar outro lugar para se instalar.

Quando avisados da necessidade de sair do território em 2011, os moradores é que deveriam, portanto, encontrar alternativas para a saída do quilombo. Entretanto, os moradores não tinham condições de arcar com tal transferência, além de desejarem se manter agrupados mesmo em caso de deslocamento. Já em 2012, quando a possibilidade de transferência se efetivou, a Prefeitura de Belo Horizonte (PBH), em decorrência das pressões de Manzo, conduziu a comunidade para um abrigo, realizando, assim, uma quebra de critérios, uma vez que não se tratava, no entendimento do poder público, de uma área de interesse social. A decisão de encaminhá-los para o abrigo se deu somente após a mobilização de Manzo solicitando que a prefeitura contribuísse no processo de deslocamento da comunidade. Deste modo, a PBH entendeu que, apesar de não situar em uma ZEIS, a comunidade constitui um território que deve ser considerado como tal. A utilização dos mecanismos de apoio às ZEIS constituiu uma tentativa de oferecer à comunidade os meios para que ela pudesse se manter enquanto uma comunidade étnico-racial singular, mesmo estando domiciliada fora de seu território. Assim, as famílias permaneceram agregadas, numa tentativa de manter o cotidiano o mais próximo possível das vivências no quilombo.

Embora os/as moradores/as tenham permanecido juntos no abrigo, a comunidade vivenciou uma série de restrições por estar fora de seu território, como aquelas relacionadas às manifestações candomblecistas. Com o risco das construções, as atividades do terreiro foram suspensas e os elementos sagrados foram deslocados para a cidade de Santa Luzia, onde a *ialorixá* possui uma moradia<sup>9</sup>. Desta maneira, o cotidiano religioso de toda a família-de-santo também foi afetado pela transferência de Manzo. Vale assinalar, ainda, que os/as moradores/as do quilombo, ao se encontrarem em um espaço desconhecido sentem receio de manifestar sua religiosidade devido às possibilidades de práticas discriminatórias. Considero, deste modo, que a situação em que se encontrava a comunidade constituiu um

impasse para que sua dinâmica socioespacial se mantivesse assim como era no quilombo.

Aponto, ainda, que a necessidade de deslocamento para um abrigo evidencia a invisibilidade desses grupos, uma vez que não se estabelecem políticas e mecanismos que os permitam se desenvolver e se reproduzir. Desde a década de 1980, a questão quilombola tem sido abordada por diversos órgãos e instituições e, em 2005, em Belo Horizonte já havia comunidades reconhecidas como quilombos<sup>10</sup>. Entretanto, ainda não existem no município políticas e instrumentos específicos para atender às demandas destas coletividades. E, embora não sejam elaboradas políticas para os quilombos, que podem ser entendidos como uma realidade social recente, já poderiam existir instrumentos legais que procurassem atender às demandas dos territórios negros, que sempre estiveram presentes em nossa sociedade.

É relevante apontar que a mobilização por parte do poder público para solucionar a questão da propriedade da terra do quilombo somente ocorreu diante da retirada das famílias. E a aproximação com Manzo sucedeu-se em um contexto específico, já que até então a relação era muito mais de distanciamento. A organização e a mobilização da comunidade, nesse contexto, foram fundamentais para pressionar as diversas instâncias de governo – municipal, estadual e federal – a buscarem uma solução para o problema vivenciado pela comunidade; além da participação de parceiros diversos do quilombo que acompanharam todo o processo e contribuíram para que a situação chegasse ao poder público e fosse por ele debatida.

Desde a transferência para o abrigo uma série de reuniões foi realizada com o objetivo de encontrar medidas para a regularização das terras em que está o quilombo. E como se trata de um terreno do estado, foi encaminhada ao governo estadual uma proposta de decreto para que as terras fossem doadas para Manzo. Entre as manifestações e mobilizações para reivindicar a regularização do território, foi realizada também uma audiência pública que visou discutir a violação dos direitos humanos da comunidade. Entendo que a audiência teve como objetivo também levar para a Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) a situação enfrentada pelo quilombo para que o poder legislativo tomasse conhecimento da questão, uma vez que será este órgão que decidirá acerca do decreto.

Nas discussões e reuniões apontou-se que somente após a regularização do terreno é que será possível intervir na construção, realizar sua reforma e os/as moradores/as poderão retornar a seu território. Mas, para esse retorno se concretizar, será necessário que as mobilizações permaneçam, especialmente por parte de Manzo. A situação vivenciada pelo quilombo evidenciou a falta de comunicação existente entre as esferas governamentais nos níveis federal, estadual e municipal. O território foi reconhecido como quilombo pela federação, mas o município e o estado não participaram desse processo e a certificação não foi comunicada pela FCP às administrações públicas locais sob as quais se encontra a comunidade. A comunicação desse reconhecimento e eventual registro do território nessas outras instâncias ficam a cargo do próprio quilombo. Mas a inexistência de políticas quilombolas no município e também no estado funciona como desestímulo para que as comunidades recorram a esses governos. Aponto que o diálogo entre esses diferentes níveis de governo poderia contribuir para que o processo de titulação das terras quilombolas seja mais rápido e eficiente. Por que não se estabelecer uma parceria, por exemplo, entre os institutos de terra estaduais e o INCRA? Uma parceria entre esses órgãos poderia agilizar a titulação e evitar que muitos quilombos percam suas terras em conflitos fundiários, por exemplo. Ao ser titulada, a comunidade teria a garantia de que seu território seria resguardado, tornando possível sua manutenção enquanto uma coletividade étnico-religiosa singular na cidade.

Avalio, então, que a certificação como quilombola muito contribuiu para que a questão enfrentada por Manzo tenha se tornado pauta de discussão pelo poder público. As discussões realizadas nas reuniões giraram em torno da problemática quilombola, ressaltando-se a necessidade do território para essa coletividade. Entendo que o reconhecimento como quilombo vem contribuindo para que Manzo busque a garantia de seus direitos. Através de sua identificação como comunidade quilombola é que seu território poderá ser garantido e suas manifestações culturais mantidas e reproduzidas. Aponto que o reconhecimento quilombola pode funcionar como uma estratégia para se garantir a manutenção e a reprodução de comunidades negras. A certificação de Manzo como território quilombola não possibilitou a reforma naquele momento; no entanto, a comunidade

adquiriu um importante instrumento para reivindicar do poder público medidas para solucionar os impasses decorrentes da condição de não proprietários das terras que ocupam. Instrumento que poderá ser utilizado também para o desenvolvimento da comunidade através da efetiva implementação de políticas destinadas à melhoria das condições de vida dos povos quilombolas.

Entendo que a situação vivenciada por Manzo muito revelou do processo de invisibilização e negligência em relação às demandas dos povos negros. A comunidade encontra-se em Belo Horizonte há mais de quarenta anos e ainda não possui o mínimo para sua manutenção, que é a garantia de seu território. Muitas foram as tentativas para que a sua situação fosse regularizada e seu território garantido, porém, muitas foram as frustrações. Frustrações que revelam, em meu entendimento, a precariedade das políticas elaboradas pelo poder público. O silêncio dos tambores de Manzo reflete o quanto a cidade constitui-se em um espaço marcado por hierarquizações que somente tendem a manter a subalternização das coletividades negras. A situação vivenciada pelo quilombo nos permite vislumbrar como as práticas higienistas e eugenistas ainda permanecem em nossa sociedade, na medida em que, ao ser retirado de seu território, Manzo tem suas dinâmicas socioespaciais e culturais afetadas. Todo o processo nos revela, ainda, que a cidade não se constitui em um espaço para todos/as.

## **6. Considerações finais**

As variadas cartografias que se constituem na cidade são reveladoras de que esta se trata de um espaço de contradições e conflitos. Entretanto, estes múltiplos cartógrafos são, muitas vezes, negligenciados diante de discursos que insistem na ideia de que vivemos sob o teto de uma democracia racial. Neste processo, que é totalmente excludente, negros e negras são colocados à margem das dinâmicas socioespaciais urbanas. A partir de um planejamento que se estrutura em um modelo de ciência ocidental e colonialista, há uma tentativa de se estabelecer quais são os espaços destinados às comunidades negras.

Diante disso, esses espaços são marcados como “inferiores”, tornando-se abjetos. Em muitos momentos é esta a cidade que se apresenta para os grupos negros que se encontram em Belo Horizonte. As instabilidades vivenciadas por Manzo em relação a seu território contradiz este discurso amplamente divulgado em nossa sociedade de democracia racial. A necessidade de sair de seu território e a impossibilidade de manifestação de sua religiosidade nos denunciam que existem mecanismos que tendem a segregar racialmente e que tentam invisibilizar as práticas e os discursos que contradizem a ideia de uma cidade para todos, como é o caso de Manzo, por meio de suas manifestações culturais e identitárias.

Deste modo, apesar de tais esforços em colocar o negro em um lugar que o oprima ainda mais, são construídas por esse grupo étnico-racial estratégias que os possibilitam seguir na direção contrária a discursos e processos dominantes e opressores. É neste sentido que a comunidade de Manzo se direciona ao se mobilizar para garantir seu território e a possibilidade de reprodução de suas manifestações culturais e identitárias. As ações destes quilombolas estabelecem outros significados para as identidades negras, de maneira a torná-las positivas, forjando, assim, outros sentidos sobre seus corpos. Enquanto um território encarnador da cultura negra, como nos propõe Aureanice Corrêa (2008) acerca dos terreiros de candomblé, Manzo estabelece outras significações para as dinâmicas socioespaciais de negros e negras na cidade de Belo Horizonte.

E, desta maneira, a manutenção e a reprodução de suas práticas identitárias e culturais possibilitam que sejam forjadas outras cartografias urbanas, que evidenciam as contradições da sociedade brasileira e instituem novos discursos acerca dos povos negros. Entendo, assim, que as dinâmicas socioespaciais de Manzo Ngunzo Kaiango constitui outra ideologia geográfica, através da qual são questionados e problematizados os processos homogeneizantes, tal como os da identidade nacional. Essas outras ideologias geográficas se constituem a partir da mobilização política desses sujeitos que, durante séculos, buscaram romper com a estrutura hierarquizante e excludente em que se encontram.

## Notas

- <sup>1</sup> O nome do quilombo está relacionado com a religiosidade da comunidade e significa “Casa de força de Matamba (Iansã)”.
- <sup>2</sup> A referida pesquisa teve como objetivo compreender o processo de constituição de um território quilombola a partir das manifestações étnico-religiosas e de resistência da comunidade Manzo Ngunzo Kaiango, que se encontra na cidade de Belo Horizonte (QUEIROZ, 2012).
- <sup>3</sup> Trata-se de um projeto de caráter socioeducativo e cultural que realiza trabalhos com crianças e adolescentes de Manzo e de seu entorno desde 2005. As atividades desenvolvidas têm o objetivo de construir novos significados para as mais diversas manifestações dos povos negros.
- <sup>4</sup> O termo iorubá *ialorixá* refere-se à mãe-de-santo do terreiro, que é a responsável pela condução dos rituais realizados no candomblé, tais como a iniciação na religião e as festas em homenagem aos orixás.
- <sup>5</sup> O candomblé é uma religião de matriz africana, na qual são realizados cultos e homenagens a deuses que estão relacionados com a natureza e são denominados orixás ou inquices, de acordo com cada nação. Em Belo Horizonte, as manifestações candomblecistas surgem, a partir dos terreiros de umbanda, na década de 1960. A umbanda constitui outra religião que se estrutura em práticas rituais de matriz africana, do espiritismo kadercista e do catolicismo. Sua origem se dá no início do século XX a partir da conjunção dessas manifestações religiosas, que se reestruturaram, constituindo um novo culto afro-brasileiro.
- <sup>6</sup> O processo de reconhecimento dos quilombos se dá a partir da autoatribuição por parte da comunidade, que em seguida é certificada pela FCP. O processo se inicia, portanto, por meio do reconhecimento pelo grupo de sua história e de suas manifestações culturais e identitárias.
- <sup>7</sup> Para receber a titulação, os quilombolas devem recorrer ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), que é o órgão responsável pela regularização do território, possibilitando, assim, a garantia deste (BRASIL, 2003).
- <sup>8</sup> Entre as tentativas, em novembro de 2007, a comunidade entrou com pedido de abertura do processo de regularização de seu território no INCRA (número: 54170.006166/2007-91). Mas, o processo encontra-se parado, o que constitui mais um impasse vivenciado por Manzo na tentativa de regularizar seu território.
- <sup>9</sup> Santa Luzia é um município da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH).
- <sup>10</sup> Em Belo Horizonte há outras duas comunidades quilombolas certificadas pela Fundação Cultural Palmares. Na Regional Oeste da cidade encontra-se a comunidade dos Luizes, reconhecida em 2005; na Regional Norte localiza-se Mangueiras, certificada em 2006.

## Referências

- BHABHA, Homi K. **O Local da cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.
- BRASIL. **Decreto n. 4887 de 20 de novembro de 2003**. Brasília (DF). Disponível em: <[www.incra.gov.br/portal/.../legislacao\\_quilombola\\_condensada.pdf](http://www.incra.gov.br/portal/.../legislacao_quilombola_condensada.pdf)>. Acesso em: 27 de jun. 2011.
- CAMPOS, Andreilino de Oliveira. **O planejamento urbano e a “invisibilidade” dos afrodescendentes**: discriminação étnico-racial, intervenção estatal

e segregação sócio-espacial na cidade do Rio de Janeiro. 2006, 392f. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

CORRÊA, Aureanice de Mello. Festa da Irmandade da Boa Morte: a disputa pelo seu sentido. In: ROSENDHAL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). **Espaço e cultura**: pluralidade temática. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2008. p. 249-278.

GOMES, Ângela Maria da Silva. **Rotas e diálogos de saberes da etnobotânica transatlântica negro-africana**: terreiros, quilombos, quintais da grande BH. 2009, 272f. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

MACIEL, Maria Eunice de S. A eugenia no Brasil. **Anos 90**, Porto Alegre, n. 11, p. 121-141, jul./1999.

QUEIROZ, Ana Maria Martins. **Um quilombo no terreiro**: território e identidade em Manzo Ngunzo Kaiango – Belo Horizonte/Minas Gerais. 2012, 201f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

RATTS, Alecsandro J. P. As etnias e os outros: as espacialidades dos encontros/confrontos. **Revista Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro, n. 17/18, p. 77-88, dez. 2004.

\_\_\_\_\_. Geografia, relações étnico-raciais e educação: a dimensão espacial das políticas de ações afirmativas no ensino. **Terra Livre**, São Paulo, v. 1, n. 34, p. 125-140, jan./jun. 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. In: \_\_\_\_\_. **A gramática do tempo**: para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez, 2006.

SILVA, Léa Melo da; PEREIRA, Doralice Barros. A miscigenação harmoniosa e a reprodução de diferenças. In: VI ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, Olinda/PE, 1988, Olinda. **Anais do VI Encontro Nacional de Estudos Populacionais**. Olinda: ABEP, Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 1988, p. 275-288. Disponível em: <<http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/1988/T88V03A12.pdf>>. Acesso em: 29 de fev. de 2012.

Recebido em: 01/09/2014

Aceito em: 14/10/2014

